



CÓD: SL-102JL-22
7908433224488

SEDUC-GO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ESTADO DE GOIÁS

Professor Nível III- Pedagogia

EDITAL Nº 007 – SEAD/SEDUC, DE 15 DE JULHO DE 2022

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	9
2. Domínio da ortografia oficial	22
3. Domínio da estrutura morfossintática do período. Emprego das classes de palavras. Emprego de tempos e modos verbais.	23
4. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	28
5. Emprego dos sinais de pontuação.	30
6. Concordância verbal e nominal.	31
7. Regência verbal e nominal.	32
8. Emprego do sinal indicativo de crase.	32
9. Colocação dos pronomes átonos.	33
10. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	34
11. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	34
12. Significação das palavras	35
13. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero	36

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Brasil

1. Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento.	47
2. Modernização da agricultura e urbanização do território goiano.	49
3. A população goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica.	53
4. Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação.	59
5. As regiões goianas e as desigualdades regionais.	59
6. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.	64
7. Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o Coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais.	66
8. Aspectos da História Social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular.	71
9. Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás.	74
10. Constituição do Estado de Goiás de 05 de outubro de 1.989.	75

Ética

1. Ética e moral.	131
2. Ética, princípios e valores.	131
3. Ética e democracia: exercício da cidadania.	132
4. Ética e função pública.	133
5. Ética no Setor Público.	135

Temas Educacionais E Pedagógicos

1. Planejamento E Organização Do Trabalho Pedagógico. Processo De Planejamento: Concepção, Importância, Dimensões E Níveis. Planejamento Participativo: Concepção, Construção, Acompanhamento E Avaliação. Planejamento Escolar: Planos Da Escola, Do Ensino E Da Aula	139
2. Currículo: Do Proposto À Prática	144
3. Tecnologias Da Informação E Comunicação Na Educação.	149
4. Educação A Distância	154
5. Educação Para A Diversidade, Cidadania E Educação Em E Para Os Direitos Humanos	156
6. Educação Integral	160
7. Educação Do Campo	163
8. Educação Ambiental	163
9. Fundamentos Legais Da Educação Especial/Inclusiva E O Papel Do Professor	164
10. Educação/Sociedade E Prática Escolar	176
11. Tendências Pedagógicas Na Prática Escolar	180
12. Didática E Prática Histórico-cultural. A Didática Na Formação Do Professor	183
13. Aspectos Pedagógicos E Sociais Da Prática Educativa, Segundo As Tendências Pedagógicas.	195
14. Coordenação Pedagógica. Coordenação Pedagógica Como Espaço De Formação Continuada	198
15. Processo Ensino-Aprendizagem.	201
16. Relação Professor/Aluno	207
17. Compromisso Social E Ético Do Professor.	208
18. Componentes Do Processo De Ensino: Objetivos; Conteúdos; Métodos; Estratégias Pedagógicas E Meios	209
19. Interdisciplinaridade E Transdisciplinaridade Do Conhecimento	211
20. Avaliação Escolar E Suas Implicações Pedagógicas	212
21. O Papel Político Pedagógico E Organicidade Do Ensinar, Aprender E Pesquisar. Função Histórico-Cultural Da Escola. Escola: Comunidade Escolar E Contextos Institucional E Sociocultural. Projeto Político-Pedagógico Da Escola: Concepção, Princípios E Eixos Norteadores.	214
22. 5 Políticas Educacionais E A Construção Da Escola Pública Brasileira.	228
23. Súmulas Vinculantes Do Supremo Tribunal Federal Relativas Ao Direito Processual Do Trabalho	234
24. Documento Curricular Para Goiás – Dcgo.	234
25. Base Nacional Curricular Comum – Bncc	234

Conhecimentos Específicos Professor Nível III - Pedagogia

1. Fundamentos Da Filosofia E Sociologia Da Educação	251
2. Fundamentos Da Psicologia Da Educação.	283
3. Fundamentos Da Didática	297
4. Educação Inclusiva	311
5. Políticas Educacionais E Legislação Do Ensino	318
6. Educação E Currículo	322
7. Avaliação Da Educacional.	335
8. Educação E Trabalho.	343
9. Tendências Pedagógicas E Os Processos De Ensino Aprendizagem	345
10. Pedagogia Por Projetos.	370
11. A Construção Do Conhecimento: Papel Do Educador, Do Educando E Da Sociedade.	370
12. Didática E O Processo Ensino Aprendizagem	371
13. Gestão Da Aprendizagem.	371
14. Gestão De Projetos Educacionais	373
15. Inclusão E Exclusão.	373
16. Interdisciplinaridade E Contextualização	374
17. Projeto Político Pedagógico. Metodologia De Elaboração, Implementação, Acompanhamento E Avaliação.	374
18. Protagonismo Juvenil E Cidadania.	376
19. Temas Contemporâneos: Bullying, Violência, Papel Da Escola, A Escolha Da Profissão, Etc	378
20. Coordenação E Orientação Educacional	385
21. Tendências Pedagógicas	390
22. Multiculturalismo E Educação	390

ÍNDICE

23. Formação Continuada Do Professor	402
24. Teorias E Práticas Educacionais	406
25. Políticas Públicas Educacionais	406
26. Aspectos Sociológicos Da Educação	406
27. Currículo (Teoria E Prática)	406
28. Didáticas E Práticas No Ensino Da Educação Básica	406
29. Gestão E Organização De Sala De Aula	406
30. Planejamento De Desenvolvimento Educacional	409
31. Processo Ação-Reflexão-Ação No Desenvolvimento Do Trabalho Pedagógico	409
32. Planejamento Educacional	410
33. Avaliação Educacional (Internas E Externas)	410
34. Uso De Tecnológicas Educacionais	410
35. Projeto Político-Pedagógico – Ppp	415
36. Base Nacional Curricular Comum – Bncc	417

Material Digital

Bases Legais da Educação Nacional e Estadual

1. Constituição Federal, Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I Da Educação	3
2. Lei nº 9.394/1996 (Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	6
3. Políticas Públicas para a Educação Básica	21
4. Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)	27
5. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	42
6. Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos	48
7. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2.008 – Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica	72
8. Lei nº 13.909 de 25 de setembro de 2001: Estatuto e Planos de Cargos e Vencimentos do Quadro do Magistério	72
9. Lei nº 18.969 de 22 de julho de 2015: Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2025	99
10. Lei nº 20.157 de 27 de junho de 2018: Introduce alterações na Lei nº 13.909, de 25/09/2001 relativo ao Estágio Probatório	100
11. Lei nº 20.115 de 06 de junho de 2018: Processo de escolha democrática de diretor de unidade escolar da Rede Pública de Educação Básica	102
12. Lei nº 20.422 de 07 de março de 2019: Institui no âmbito da SEDUC o programa auxílio-alimentação	107
13. Lei nº 20.756 de 28 de janeiro de 2020: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis públicos do Estado de Goiás. (Revoga a Lei nº 10.460 de 22 de fevereiro de 1988: Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás)	108
14. Lei nº 20.757 de 28 janeiro de 2020: Altera a Lei nº 13.909 de 25 de setembro de 09 de 2001: Estatuto e Planos de Cargos e Vencimentos do Quadro do Magistério	149
15. Lei nº 20.917 de 21 de dezembro de 2020: Institui o Programa Educação Plena e Integral e dá outras providências	160
16. Lei nº 21.316: Altera a Lei nº 20.917, de 21 de dezembro de 2020, que institui o Programa Educação Plena e Integral e dá outras providências	162
17. Lei nº 20.918 de 21 de dezembro de 2020: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 92, inciso X, da Constituição do Estado de Goiás. Alterada pela Lei nº 21.228 de 5 de janeiro de 2022	163
18. Lei nº 21.239 de 12 de janeiro de 2022 e Lei nº 20.820 de 04 de agosto de 2020: Alteram a Lei nº 20.491 de 25 de junho de 2019 que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo (Reforma Administrativa)	166
19. Decreto nº 9.396 de 05 de fevereiro de 2019: Regulamenta a avaliação especial de desempenho do professor em estágio probatório, do quadro do Magistério Público Estadual, nos termos da Lei nº 13.909 de 25 de setembro de 2001	177
20. Decreto nº 9.423 de 10 de abril de 2019: Institui o Código de Ética e de Conduta Profissional do servidor na administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual	184
21. Decreto nº 9.920 de 06 de agosto de 2021: Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências	189

Atenção

- Para estudar o Conteúdo Digital Complementar e Exclusivo acesse sua “Área do Cliente” em nosso site.

<https://www.editorasolucao.com.br/retificacoes>

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

Identificação de efeitos de ironia ou humor em textos variados

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



Análise e a interpretação do texto segundo o gênero em que se inscreve

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

ASPECTOS FÍSICOS DO TERRITÓRIO GOIANO: VEGETAÇÃO, HIDROGRAFIA, CLIMA E RELEVO

**Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo;
CLIMA**

O clima goiano é predominantemente tropical, com a divisão marcante de duas estações bem definidas durante o ano: verão úmido, nos meses de dezembro a março, e inverno seco, predominante no período de junho a agosto. De acordo com o Sistema de Meteorologia e Hidrologia da Secretaria de Ciência e Tecnologia (Simehgo/Sectec), a temperatura média varia entre 18°C e 26°C, com amplitude térmica significativa, variando segundo o regime dominante no Planalto Central.

Estações

No mês de setembro, com o início da primavera, as chuvas passam a ser mais intensas e frequentes, marcando o período de transição entre as duas estações protagonistas. As pancadas de chuva, no final da tarde ou noite, ocorrem em decorrência do aumento do calor e da umidade que se intensificam e que podem ocasionar raios, ventos fortes e queda de granizo.

No verão, coincidente a alta temporada de férias no Brasil, há a ocorrência de dias mais longos e mudanças rápidas nas condições diárias do tempo, com chuvas de curta duração e forte intensidade, acompanhadas de trovoadas e rajadas de vento. Há ainda o registro de veranicos com períodos de estiagem com duração de 7 a 15 dias. Há registros do índice pluviométrico oscilando entre 1.200 e 2.500 mm entre os meses de setembro a abril.

No outono, assim como na primavera, há o registro de transição entre estações o que representa mudanças rápidas nas condições de tempo com redução do período chuvoso. As temperaturas tornam-se mais amenas devido à entrada de massas de ar frio, com temperaturas mínimas variando entre 12°C e 18°C e máximas de 18°C e 28°C. A umidade relativa do ar é alta com valores alcançando até 98%

Já o inverno traz o clima tipicamente seco do Cerrado, com baixos teores de umidade, chegando a valores extremos e níveis de alerta em algumas partes do Estado. Há o registro da entrada de algumas massas de ar frio que, dependendo da sua trajetória e intensidade, provocam quedas acentuadas de temperatura, especialmente à noite, apesar dos dias serem quentes, propícios à alta temporada de férias no Rio Araguaia.

HIDROGRAFIA

Engana-se quem pensa que as características de vegetação de savana, típicas do Cerrado, são reflexos de escassez de água na região. Pelo contrário, Goiás é rico em recursos hídricos, sendo considerado um dos mais peculiares e abundantes Estados brasileiros quanto à hidrografia. Graças ao seu histórico geológico constituído durante milhões de anos, foram depositadas várias rochas sedimentares, entre elas o arenito de alta porosidade e alta permeabilidade, que permitiram a formação de grandes cursos d'água e o depósito de parte de grandes aquíferos, como o Bambuí, o Uruçuia e o Guarani, este último um dos maiores do mundo, com área total de até 1,4 milhão de km².

Centro das águas

Nascem, em Goiás, rios formadores das três mais importantes bacias hidrográficas do país. Todos os cursos d'água no sentido Sul-Norte, por exemplo, são coletados pela Bacia Amazônica, dos quais destacam-se os rios Maranhão, Almas e Paraná que dão origem ao Rio Tocantins, mais importante afluente econômico do Rio Amazonas. No mesmo sentido, corre o Rio Araguaia, de importância ímpar na vida do goiano e que divide Goiás com os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, chegando em Tocantins ao encontro do outro curso que leva o nome daquele Estado, no Bico do Papagaio.

A Bacia do Rio São Francisco tem entre seus representantes os rios Entre ribeiro, Paracatu e Preto, os quais nascem próximos ao Distrito Federal e seguem em direção ao Nordeste do país.

Enquanto que, por outro lado, corre o rio Corumbá, afluente do Paranaíba, formador da Bacia do Paraná que segue rumo ao Sul, pontilhado dentro de Goiás por hidrelétricas, o que denota seu potencial energético para o Estado.

Serra da Mesa

Em Goiás também está localizado o lago artificial da Usina de Serra da Mesa, no Noroeste do Estado. Considerado o quinto maior lago do Brasil (1.784 km² de área inundada), é o primeiro em volume de água (54,4 bilhões de m³) e, formado pelos rios Tocantins, Traíras e Maranhão, atrai importantes atrativos turísticos para a região, com a realização de torneios esportivos e de pesca, além da geração de energia elétrica.

RELEVO

Goiás está situado sobre o Planalto Central Brasileiro e abriga em suas terras um mosaico de formações rochosas distintas quanto à idade e à composição. Resultado de um processo de milhões de anos da evolução de seus substratos, o solo goiano foi favorecido com a distribuição de regiões planas, o que favoreceu a ocupação do território, além da acumulação de metais básicos e de ouro, bem como gemas (esmeraldas, ametistas e diamantes, entre outros) e metais diversos, que contribuíram para a exploração mineral propulsora da colonização e do desenvolvimento dos núcleos urbanos na primeira metade do século XVIII.

O processo de formação do relevo e de decomposição de rochas explica, ainda, a formação de solos de fertilidade natural baixa e média (latossolos) predominantes na maior parte do Estado, e de solos podzólicos vermelho-amarelo, terra roxa estruturada, brunizém avermelhado e latossolo roxo, que apresentam alta fertilidade e se concentram nas regiões Sul e Sudoeste do Estado, além do Mato Grosso Goiano. A distribuição de ligeiras ondulações e o relevo esculpido entre rochas salientaram ainda a caracterização do curso de rios, formadores de aquíferos importantes das bacias hidrográficas sul-americanas e que fazem do Estado um dos mais abundantes em recursos hídricos. Associados a esses processos, a vegetação rala do Cerrado também contribui para o processo de erosão e da formação de grutas, cavernas e cachoeiras, que associadas às chapadas e poucas serras presentes no Estado, configuram opções de lazer e turismo da região.

Potencial Mineral do Estado de Goiás

- Água mineral
- Água termal
- Areia e Cascalho
- Argila Ametista Amianto
- Basalto Berilo Calcário
- Agrícola Calcário

- Dolomítico Cobre,
- Ouro e Prata
- Diamante industrial
- Esmeralda
- Filito
- Fosfato
- Gnaisse
- Granito
- Granodiorito
- Granulito
- Manganês
- Mecaxisto
- Níquel e Cobalto
- Quartzito
- Titânio
- Vermiculita
- Xisto

VEGETAÇÃO

É praticamente impossível visitar Goiás e não ouvir falar nele. Considerado o segundo maior bioma brasileiro, atrás apenas da Floresta Amazônica, o Cerrado tem grande representatividade no território goiano. Apesar do elevado nível de desmatamento registrado no Estado desde a criação de Brasília e a abertura de estradas, na década de 1960, e da expansão da fronteira agrícola, décadas de 1970 e 1980, Goiás conseguiu manter reservas da mata nativa em algumas regiões, até hoje alvo de discussões entre fazendeiros e ambientalistas. No entanto, o velho argumento utilizado para sua derrubada de que os troncos retorcidos e pequenos arbustos são sinais de pobreza da biodiversidade finalmente caiu por terra.

Na totalidade, incluindo as zonas de transição com outros biomas, o Cerrado abrange 2.036.448 km², o equivalente a 23,92% do território brasileiro, ou à soma das áreas de Espanha, França, Alemanha, Itália e Reino Unido (Fonte: WWF Brasil). E se considerada sua diversidade de ecossistemas, é notório o título de formação com savanas mais rica em vida a nível mundial, uma vez que sua área protege 5% de todas as espécies do planeta e três em cada dez espécies brasileiras, muitas delas só encontradas aqui.

Variedade de paisagens em um só bioma

Tipicamente, o Cerrado é conhecido por apresentar árvores de pequeno porte – até 20 metros –, esparsas em meio a arbustos e distribuídas sobre uma vegetação baixa, constituída em geral por gramíneas. No entanto, dependendo da formação geológica e do solo no qual o Cerrado finca suas raízes profundas, suas características podem variar bastante apresentando vasta diversidade de paisagens. São elas:

Formação do Terciário ou Cachoeirinha: local onde ocorriam os campos limpos, formados por gramíneas, chamados também de chapadão. Localizava-se na região de Jataí, Mineiros e Chapadão do Céu e sua vegetação original, hoje, encontra-se totalmente substituída por campos de soja;

Grupo Bauru: de solo arenoso de média fertilidade, é onde aparece o chapadão. De solo relativamente plano, também foi transformado em lavoura, em geral de cana ou pastagens, e corresponde às áreas que vão de Jataí e do canal de São Simão até o Aporé;

Formação Serra Geral: aqui o Cerrado dá lugar à mata ciliar, de terra fértil, que foi transformada no decorrer do tempo em roças de subsistência. Ocorrem em geral nos valos dos rios e foram substituídas por culturas de banana ou café, além das invernadas destinadas à engorda de bois;

Formação Botucatu: o Cerrado propriamente dito é encontrado neste tipo de formação, rico em frutos e animais silvestres. Apresenta baixa fertilidade e boa parte de sua área foi subjugada por criadores de gado. É encontrada às margens do Rio Verde, entre Mineiros e Serranópolis, e do Rio Paraíso, em Jataí;

Formação de Irati: vegetação de solos acidentados, é em geral bem fértil, cedendo lugar a matas de peroba-rosa de onde se retira calcário para correção de solos. Pode ser encontrada em Montividiu, Perolândia e Portelândia;

Formação Aquidauana: Cerrado ralo de árvores altas, solos rasos e arenosos. Era encontrada na Serra do Caiapó e adjacências antes de ser transformado em pastagens;

Formação Ponta Grossa: de solos inconstantes, apresenta Cerrado diversificado. É encontrado em Caiapônia, Doverlândia e confluências;

Formação Furnas: Cerrado intercalado com matas de aroeira. De solo acidentado, é arenoso e de média fertilidade

Berço das águas

No setor de geração de energia, sete em cada dez litros das águas que passam pelas turbinas da usina de Tucuruí (PA) vêm do Cerrado, bem como metade da água que alimenta Itaipu (PR). No caso da hidrelétrica de Sobradinho (BA), o montante é de quase 100%. De forma geral, nove em cada dez brasileiros consomem eletricidade produzida com águas do bioma.

Fauna

A mesma forma que a vegetação varia na vastidão das paisagens do Cerrado, a fauna local também impressiona pela diversidade de animais que podem ser encontrados dentro do bioma. Segundo relatório da Conservação Internacional, o Cerrado apresenta uma particularidade quanto à sua distribuição espacial que permite o desenvolvimento e a localização de diferentes espécies. Enquanto a estratificação vertical da Amazônia ou a Mata Atlântica proporciona oportunidades diversas para o estabelecimento das espécies, em uma mesma árvore, por exemplo, no Cerrado a heterogeneidade espacial no sentido horizontal seria fator determinante para a ocorrência de um variado número de exemplares, de acordo com a ocorrência de áreas de campo, floresta ou brejo, em um mesmo macro ambiente.

De acordo com o Ibama, no Cerrado brasileiro podem ser encontradas cerca de 837 espécies de aves, 67 gêneros de mamíferos, os quais abrangem 161 espécies e dezenove endêmicas; 150 espécies de anfíbios (45 só encontrados aqui); e 120 espécies de répteis, dos quais 45 também endêmicas. Além disso, o Cerrado abriga 90 mil espécies de insetos, sendo 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos.

Dentre tantos, o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e a ema (*Rhea americana*) aparecem como animais símbolo do bioma. No entanto, são famosos também o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o tatu-canastra (*Priodontes giganteus*), a seriema (*Cariama cristata*), o pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*), o teiu (*Tupinambis* sp), entre outros.

Flora

A vegetação típica do Cerrado possui troncos retorcidos, de baixo porte, com cascas espessas e folhas grossas. Em geral, as raízes de suas árvores são pivotantes, ligadas ao lençol freático o que pode propiciar seu desenvolvimento para até 15 metros de profundidade.

Na prática, é muito mais simples ater-se aos valores do que aos princípios, pois este último exige muito de nós. Os valores completamente equivocados da nossa sociedade – dinheiro, sucesso, luxo e riqueza – estão na ordem do dia, infelizmente. Todos os dias somos convidados a negligenciar os princípios e adotar os valores ditados pela sociedade.

Virtudes, segundo o Aurélio, são disposições constantes do espírito, as quais, por um esforço da vontade, inclinam à prática do bem. Aristóteles afirmava que há duas espécies de virtudes: a intelectual e a moral. A primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiência e tempo; ao passo que a virtude moral é adquirida com o resultado do hábito.

Segundo Aristóteles, nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza, visto que nada que existe por natureza pode ser alterado pela força do hábito, portanto, virtudes nada mais são do que hábitos profundamente arraigados que se originam do meio onde somos criados e condicionados através de exemplos e comportamentos semelhantes.

Uma pessoa pode ter valores e não ter princípios. Hitler, por exemplo, conhecia os princípios, mas preferiu ignorá-los e adotar valores como a supremacia da raça ariana, a aniquilação da oposição e a dominação pela força.

No mundo corporativo não é diferente. Embora a convivência seja, por vezes, insuportável, deparamo-nos com profissionais que atropelam os princípios, como se isso fosse algo natural, um meio de sobrevivência, e adotam valores que nada tem a ver com duas grandes necessidades corporativas: a convivência pacífica e o espírito de equipe. Nesse caso, virtude é uma palavra que não faz parte do seu vocabulário e, apesar da falta de escrúpulo, leva tempo para destituí-los do poder.

Valores e virtudes baseados em princípios universais são inegociáveis e, assim como a ética e a lealdade, ou você tem, ou não tem. Entretanto, conceitos como liberdade, felicidade ou riqueza não podem ser definidos com exatidão. Cada pessoa tem recordações, experiências, imagens internas e sentimentos que dão um sentido especial e particular a esses conceitos.

O importante é que você não perca de vista esses conceitos e tenha em mente que a sua contribuição, no universo pessoal e profissional, depende da aplicação mais próxima possível do senso de justiça. E a justiça é uma virtude tão difícil, e tão negligenciada, que a própria justiça sente dificuldades em aplicá-la, portanto, lute pelos princípios que os valores e as virtudes fluirão naturalmente.

ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Ética e democracia: exercício da cidadania.

A ética é construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais. Do ponto de vista da Filosofia, a Ética é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos.

Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética.

Cidadão é um indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade.

É muito importante entender bem o que é cidadania. Trata-se de uma palavra usada todos os dias, com vários sentidos. Mas hoje significa, em essência, o direito de viver decentemente.

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É poder processar um médico que age de negligência. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro, índio, homossexual, mulher sem ser discriminado. De praticar uma religião sem se perseguido.

Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos. Por trás desse comportamento está o respeito ao outro.

No sentido etimológico da palavra, cidadão deriva da palavra *civita*, que em latim significa cidade, e que tem seu correlato grego na palavra *politikos* – aquele que habita na cidade.

Segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, “cidadania é a qualidade ou estado do cidadão”, entende-se por cidadão “o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”.

Cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um estado - nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade (Janoski, 1998). No sentido ateniense do termo, cidadania é o direito da pessoa em participar das decisões nos destinos da Cidade através da *Ekklesia* (reunião dos chamados de dentro para fora) na *Ágora* (praça pública, onde se agonizava para deliberar sobre decisões de comum acordo). Dentro desta concepção surge a democracia grega, onde somente 10% da população determinava os destinos de toda a Cidade (eram excluídos os escravos, mulheres e artesãos).

Ser cidadão é respeitar e participar das decisões da sociedade para melhorar suas vidas e a de outras pessoas. Ser cidadão é nunca se esquecer das pessoas que mais necessitam. A cidadania deve ser divulgada através de instituições de ensino e meios de comunicação para o bem estar e desenvolvimento da nação. A cidadania consiste desde o gesto de não jogar papel na rua, não pichar os muros, respeitar os sinais e placas, respeitar os mais velhos (assim como todas às outras pessoas), não destruir telefones públicos, saber dizer obrigado, desculpe, por favor, e bom dia quando necessário... até saber lidar com o abandono e a exclusão das pessoas necessitadas, o direito das crianças carentes e outros grandes problemas que enfrentamos em nosso mundo.

“A revolta é o último dos direitos a que deve um povo livre buscar, para garantir os interesses coletivos: mas é também o mais imperioso dos deveres impostos aos cidadãos.” (Juarez Távora - Militar e político brasileiro)

Cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na constituição. Os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que ao cumprirmos nossas obrigações permitimos que o outro exerça também seus direitos. Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações e lutar para que sejam colocados em prática. Exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. Preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação de um país.

A Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte, composta por 559 congressistas (deputados e senadores). A Constituição consolidou a democracia, após os anos da ditadura militar no Brasil.

A cidadania está relacionada com a participação social, porque remete para o envolvimento em atividades em associações culturais (como escolas) e esportivas.

Deveres do cidadão

- Votar para escolher os governantes;
- Cumprir as leis;
- Educar e proteger seus semelhantes;
- Proteger a natureza;
- Proteger o patrimônio público e social do País.

Direitos do cidadão

- Direito à saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, lazer, entre outros;

- O cidadão é livre para escrever e dizer o que pensa, mas precisa assinar o que disse e escreveu;

- Todos são respeitados na sua fé, no seu pensamento e na sua ação na cidade;

- O cidadão é livre para praticar qualquer trabalho, ofício ou profissão, mas a lei pode pedir estudo e diploma para isso;

- Só o autor de uma obra tem o direito de usá-la, publicá-la e tirar cópia, e esse direito passa para os seus herdeiros;

- Os bens de uma pessoa, quando ela morrer, passam para seus herdeiros;

- Em tempo de paz, qualquer pessoa pode ir de uma cidade para outra, ficar ou sair do país, obedecendo à lei feita para isso.

A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta. Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento.

Enquanto uma reflexão científica, que tipo de ciência seria a ética? Tratando de normas de comportamentos, deveria chamar-se uma ciência normativa. Tratando de costumes, pareceria uma ciência descritiva. Ou seria uma ciência de tipo mais especulativo, que tratasse, por exemplo, da questão fundamental da liberdade?

Que outra ciência estuda a liberdade humana, enquanto tal, e em suas realizações práticas? Onde se situa o estudo que pergunta se existe a liberdade? E como ele deveria ser definida teoricamente, a como deveria ser vivida, praticamente? Ora, ligado ao problema da liberdade, aparece sempre o problema do bem e do mal, e o problema da consciência moral e da lei, e vários outros problemas deste tipo.

ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA

E na Administração Pública, qual o papel da ética?

Uma vez que é através das atividades desenvolvidas pela Administração Pública que o Estado alcança seus fins, seus agentes públicos são os responsáveis pelas decisões governamentais e pela execução dessas decisões.

Para que tais atividades não desvirtuem as finalidades estatais a Administração Pública se submete às normas constitucionais e às leis especiais. Todo esse aparato de normas objetiva a um comportamento ético e moral por parte de todos os agentes públicos que servem ao Estado.

Princípios constitucionais que balizam a atividade administrativa:

Devemos atentar para o fato de que a Administração deve pautar seus atos pelos princípios elencados na Constituição Federal, em seu art. 37 que prevê: *“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”*.

Quanto aos citados princípios constitucionais, o entendimento do doutrinador pátrio Hely Lopes Meirelles é o seguinte:

“- Legalidade - A legalidade, como princípio da administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. (...)”

- Impessoalidade – O princípio da impessoalidade, (...), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal. Esse princípio também deve ser entendido para excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas (...)

- Moralidade – A moralidade administrativa constitui, hoje em dia, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública (...). Não se trata – diz Hauriou, o sistematizador de tal conceito – da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, entendida como “o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração” (...)

- Publicidade - Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. (...) O princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos, além de assegurar seus efeitos externos, visa a propiciar seu conhecimento e controle pelos interessados diretos e pelo povo em geral, através dos meios constitucionais (...)

- Eficiência – O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. (...)”

Função pública é a competência, atribuição ou encargo para o exercício de determinada função. Ressalta-se que essa função não é livre, devendo, portanto, estar o seu exercício sujeito ao interesse público, da coletividade ou da Administração. Segundo Maria Sylvania Z. Di Pietro, função “é o conjunto de atribuições às quais não corresponde um cargo ou emprego”.

No exercício das mais diversas funções públicas, os servidores, além das normatizações vigentes nos órgão e entidades públicas que regulamentam e determinam a forma de agir dos agentes públicos, devem respeitar os valores éticos e morais que a sociedade impõe para o convívio em grupo. A não observação desses valores acarreta uma série de erros e problemas no atendimento ao público e aos usuários do serviço, o que contribui de forma significativa para uma imagem negativa do órgão e do serviço.

Um dos fundamentos que precisa ser compreendido é o de que o padrão ético dos servidores públicos no exercício de sua função pública advém de sua natureza, ou seja, do caráter público e de sua relação com o público.

O servidor deve estar atento a esse padrão não apenas no exercício de suas funções, mas 24 horas por dia durante toda a sua vida. O caráter público do seu serviço deve se incorporar à sua vida privada, a fim de que os valores morais e a boa-fé, amparados constitucionalmente como princípios básicos e essenciais a uma vida equilibrada, se insiram e seja uma constante em seu relacionamento com os colegas e com os usuários do serviço.

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal estabelece no primeiro capítulo valores que vão muito além da legalidade.

Outro fator essencial na organização do trabalho docente diz respeito a função desempenhada pela avaliação da aprendizagem. Comumente são instrumentos avaliativos encontrados na Educação Infantil os pareceres descritivos, relatórios, fichas comportamentais, etc. Esses mecanismos são geralmente uniformizados adquirindo assim uma conotação mecânica, onde acata mais os interesses da família, do que descrevem o real grau de desenvolvimento infantil. Aprender os elementos que compõem a organização pedagógica, são centrais na organização do planejamento de ensino, pois cuida da articulação interna que estes fazem, então, as práticas pedagógicas necessitam ser re-significadas, revendo seus paradigmas, conceitos, no movimento da ação-consideração. Diante disso, a avaliação deve ser percebida como estratégia de observação no processo individual, que declara com mais precisão as reais conquistas nas experiências educativas. E não se pauta em comportamentos padronizados, mas em dados relevantes, que encaminham novas oportunidades de desenvolvimento.

Em consonância a todo o exposto, o planejamento como perno que norteia a organização pedagógica do trabalho docente na Educação Infantil perpassa pelos eixos de conteúdos, as formas de organização sistêmica seguida pela instituição e as alternativas de avaliação do ensino-aprendizagem. De modo que para compreender melhor todo esse procedimento da organização é importante refletir a formação de iniciativas de propostas de inovação e criatividade a fim de atingir a operacionalização de uma prática pedagógica contextualizada e em conformidade com a realidade de cada criança.

Pensar em Educação Infantil implica ponderar que tipo de trabalho se pretende desenvolver. Neste sentido, a proposta pedagógica desenvolvida precisa estar voltada à formação integral das crianças. Para isso eles devem ser concebidos como seres históricos e sociais, construtores de conhecimento e cultura e que estão em permanente progresso. Portanto vale lembrar que as práticas pedagógicas destinadas às crianças devem estar sempre em harmonia com a realidade das mesmas.

Por isso o trabalho docente deve considerar as manifestações culturais, trazidas pela criança, bem como o meio social em que ela está inserida. Esta postura do planejamento valoriza cada indivíduo em suas peculiaridades e acaba por fomentar nele o respeito e a consideração pelo outro, além de propiciar uma aprendizagem significativa bem delineada pelo planejamento/plano da prática docente no cotidiano da instituição infantil.¹

Planejamento e ação pedagógica: dimensões técnicas e políticas do planejamento

Todo planejamento deve retratar a prática pedagógica da escola e do professor. No entanto, a história da educação brasileira tem demonstrado que o planejamento educacional tem sido uma prática desvinculada da realidade social, marcada por uma ação mecânica, repetitiva e burocrática, contribuindo pouco para mudanças na qualidade da educação escolar. Por isso, caro(a) aluno(a), ao estudar esta unidade, reflita sobre a importância do planejamento como uma prática crítica e transformadora do pedagogo; por isso, faz-se necessário que você compreenda as duas dimensões que constituem o planejamento:

Dimensão política – toda ação humana é eminentemente uma ação política. O planejamento não pode ser uma ação docente encarada como uma atividade neutra, descompromissada e ingênua. Mesmo quando o docente “não” planeja, ele

traduz uma escolha política. A ação de planejar é carregada de intencionalidades, por isso, o planejamento deve ser uma ação pedagógica comprometida e consciente.

Dimensão técnica – o saber técnico é aquele que permite viabilizar a execução do ensino, é o saber fazer a atividade profissional. No caso da prática do planejamento educacional, o saber técnico determina a competência para organizar as ações que serão desenvolvidas com visando à aprendizagem dos alunos. Cabe ao professor saber fazer, elaborar, organizar a prática docente.

Momentos ou etapas do planejamento

Por ser uma atividade de natureza prática, o planejamento organiza-se em etapas sequenciais, que devem ser rigorosamente respeitadas no ato de planejar:

1. Diagnóstico sincero da realidade concreta dos alunos. Estudo real da escola e a sua relação com todo contexto social que está inserida.

2. Os alunos e os professores possuem uma experiência social e cultural que não pode ser ignorada pelo planejamento.

3. Organização do trabalho pedagógico. Nesta etapa os elementos da Didática são sistematizados através de escolhas intencionais. Definição de objetivos a serem alcançados, escolha de conteúdos a serem aprendidos pelos alunos e a seleção das atividades, técnicas de ensino, que serão desenvolvidas para que a aprendizagem dos alunos se efetive. Esse momento representa a organização da metodologia de ensino.

4. Sistematização do processo de avaliação da aprendizagem. Avaliação entendida como um meio, não um fim em si mesma, mas um meio que acompanha todo processo da metodologia de ensino. A avaliação deve diagnosticar, durante a aplicação da metodologia de ensino, como os alunos estão aprendendo e o que aprenderam, para que a tempo, se for necessário, a metodologia mude seus procedimentos didáticos, favorecendo a reelaboração do ensino, tendo em vista a efetiva aprendizagem.

Requisitos para o planejamento do ensino

Agora que estudamos que o planejamento necessita de um rigor de sistematização das atividades, apresentamos alguns requisitos essenciais para o professor realizar um planejamento justo e coerente com seus alunos. Lembre-se, estes requisitos são saberes adquiridos ao longo da formação de professor, por isso, aproveitem ao máximo cada disciplina, cada conteúdo e cada atividade.

- Conhecer em profundidade os conceitos centrais e leis gerais da disciplina, conteúdos básicos, bem como dos seus procedimentos investigativos (e como surgiram historicamente na atividade científica).

- Saber avançar das leis gerais para a realidade concreta, entender a complexidade do conhecimento para poder orientar a aprendizagem.

- Escolher exemplos concretos e atividades práticas que demonstrem os conceitos e leis gerais, os conteúdos e os assuntos de maneira que todos os entendam.

- Iniciar o ensino do assunto pela realidade concreta (objetos, fenômenos, visitas, filmes), para que os alunos formulem relações entre conceitos, ideias-chave, das leis particulares às leis gerais, para chegar aos conceitos científicos mais complexos.

- Saber criar problemas e saber orientá-los (situações de aprendizagem mais complexas, com maior grau de incerteza que propiciam em maior medida a iniciativa e a criatividade do aluno).

¹ Fonte: www.webartigos.com

Objetivo da educação e do ensino

Toda ação humana tem um propósito orientado e dirigido em prol daquilo que se quer alcançar. Assim é a ação docente que deve ser realizada em função dos objetivos educacionais. Objetivos educacionais orientam a tomada de decisão no planejamento, porque são proposições que expressam com clareza e objetividade a aprendizagem que se espera do aluno. São os objetivos que norteiam a seleção e organização dos conteúdos, a escolha dos procedimentos metodológicos e definem o que avaliar.

Os objetivos são finalidades que pretendemos alcançar. Retratam os valores e os ideais educacionais, a aprendizagem dos conteúdos das ciências, as expectativas e necessidades de um grupo social. Para articularmos os valores gerais da educação (concepção de educação) com as aprendizagens dos conteúdos programáticos e as atividades que o professor pretende desenvolver na sua aula, devemos elaborar os objetivos gerais e os específicos.

O objetivo geral expressa propósitos mais amplos acerca da função da educação, da escola, do ensino, considerando as exigências sociais, do desenvolvimento da personalidade ou do desenvolvimento profissional dos alunos. Podemos pontuar os seguintes objetivos gerais que orientam a prática dos professores:

- A educação escolar deve possibilitar a compreensão do mundo e os conteúdos de ensino; instrumentalizar culturalmente os professores e os alunos para o exercício consciente da cidadania;

- A escola deve garantir o acesso e a qualidade do ensino a todos, garantindo o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, emocionais dos professores e alunos;

- A educação escolar deve formar a capacidade crítica e criativa dos conteúdos das matérias de ensino. Sob a responsabilidade do professor os alunos desenvolverão o raciocínio investigativo e de reflexão;

- O percurso de escolarização visa atender à formação da qualidade de vida humana. Professores e alunos deverão desenvolver uma atitude ética frente ao trabalho, aos estudos, à natureza etc.

O objetivo específico expressa as expectativas do professor sobre o que deseja obter dos alunos no processo de ensino. Ao iniciar o planejamento, o professor deve analisar e prever quais resultados ele pretende obter, com relação à aprendizagem dos alunos. Esta aprendizagem pode ser da ordem dos conhecimentos, habilidades e hábitos, atitudes e convicções, envolvendo aspectos cognitivo, afetivo, social e motor.

Os objetivos específicos devem estar vinculados aos objetivos gerais, e retratar a realidade concreta da escola, do ensino e dos alunos. Correspondem às aprendizagens de conteúdos, atitudes e comportamentos.

Seleção e organização dos conteúdos escolares

Os estudos da Didática contribuem com o professor, oferecendo possibilidades de escolher o que ensinar, para que o aluno aprenda e descubra como aprendeu. Essa é uma habilidade que requer conhecimento e um compromisso com a realidade do aluno. Neste sentido, o professor deve ter conhecimento do presente e perspectivas de futuro, tanto pessoal como dos alunos. Em hipótese alguma o professor pode se basear na ideia de que deve somente ensinar o que lhe ensinaram. É neste sentido, que o Curso de Graduação em Licenciatura: Pedagogia, Matemática, Geografia etc. é reconhecido como a formação inicial

do professor. Para permanecer planejando o ensino atualizado, contemporâneo e coerente com seus alunos, faz-se necessária a continuação dos estudos através da formação continuada.

Quando explico sobre o que ensinar, faço referência aos conteúdos de ensino. A seleção dos conteúdos que farão parte do ensino é uma tomada de decisão carregada de intencionalidades. É da responsabilidade do professor escolher os conteúdos que desenvolverão aprendizagens nos alunos para que estes expliquem a realidade conscientemente. Deve-se ensinar o que é significativo sobre o mundo, a vida, a experiência existencial, as possibilidades de mudança, o trabalho, o passado, o presente e o futuro do homem (MARTINS, 1995.)

Veja o que escreve o professor Libâneo sobre os conteúdos de ensino: Conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua vida prática. Englobam, portanto: conceitos, ideias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras; habilidades cognitivas, modos de atividade, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudos, de trabalho e de convivência social; valores convicções, atitudes. São expressos nos programas oficiais, nos livros didáticos, nos planos de ensino e de aula, nas atitudes e convicções do professor, nos exercícios nos métodos e forma de organização do ensino. Podemos dizer que os conteúdos retratam a experiência social da humanidade no que se refere a conhecimentos e modos de ação, transformando-se em instrumentos pelos quais os alunos assimilam, compreendem e enfrentam as exigências teóricas e práticas da vida social. Constituem o objeto de mediação escolar no processo de ensino, no sentido de que a assimilação e compreensão dos conhecimentos e modos de ação se convertem em ideias sobre as propriedades e relações fundamentais da natureza e da sociedade, formando convicções e critérios de orientação das opções dos alunos frente às atividades teóricas e práticas postas pela vida social (1991, p.128-129).

Desta forma, os conteúdos de ensino junto com a metodologia são responsáveis pela produção e elaboração das aprendizagens e dos saberes na escola. Libâneo (1991) acrescenta que escolher os conteúdos de ensino não é tarefa fácil; por isso, quanto mais planejado, ordenado e esquematizado estiver mais os alunos entenderão a sua importância social; porém, a seleção e a organização dos conteúdos não se confundem com uma mera listagem.

Cabe ao professor selecionar e organizar o conteúdo devidamente planejado para atender às necessidades dos seus alunos. Conteúdos de ensino bem selecionados devem atender aos critérios de validade, flexibilidade, significação, possibilidade de elaboração pessoal; sem esses critérios, o professor corre o risco de escolher conteúdos sem relevância para seus alunos. Atendendo aos critérios, o conteúdo terá validade quando apresenta o caráter científico do conhecimento, e faz parte de um conhecimento que reflete os conceitos, ideias e métodos de uma ciência. O conteúdo será significativo quando expressar de forma coerente os objetivos sociais e pedagógicos da educação, atendendo à formação cultural e científica do aluno; eles não são rígidos, são flexíveis. O conteúdo de ensino está a serviço da aprendizagem dos alunos, e estes o utilizam para explicar a sua realidade. Todo conteúdo de ensino deve ser articulado com a experiência social do aluno. Para que haja a possibilidade de elaboração pessoal e o domínio efetivo do conteúdo, conhecimento, o ensino não pode se limitar à memorização e repetição.

Realmente o pessimismo de Bourdieu tem fundamentos concretos de que a competição escolar tomou âmbito incontornável, sem perspectivas de superação, por motivos culturais e governamentais.¹

Pensamento Pedagógico Moderno

O Pensamento Pedagógico Moderno foi sendo estruturado num contexto de transformações sob diferentes dimensões da vida social. Estariam lançadas as primeiras idéias culturais e científicas que comporiam um conjunto de instituições de socialização e de produção do conhecimento que nos acostumamos a compreender como estruturas do mundo moderno.

Do ponto de vista epistemológico, de uma filosofia do conhecimento, pode-se dizer que o primado da razão e da luz, naquele tempo/espço estabeleceu-se a partir de idéias literárias e científicas Renascentistas. Séculos após, o pensamento iluminista (humanista moderno) europeu está pautado em processos significantes de transformações no setor de produção, mas também dos estilos de consumo de grupos sociais burgueses. Entre os séculos XVII e XIX as Revoluções Científicas, Burguesas conduziram o imaginário coletivo para a adoção de uma perspectiva racional de *progresso*, cuja tônica dar-se-ia pelo desenvolvimento técnico e burocrático, de produção e científico das sociedades européias modernas e da América do Norte no século XIX, ainda o pensamento racional. Para Narodowski:

O revolução industrial necessita tornar suas a física de Galileu, os princípios matemáticos newtonianos, a química de Lavoisier e a astronomia de Kepler, pois são esses os princípios teóricos que se encontram em condições de acudir para resolver as questões de tecnologia aplicada que irão se suscitando com base nos problemas gerados pela produção de mercadorias em grande escala. Os fundamentos dessas ciências haviam preexistido a seu uso tecnológico concreto durante dois séculos, mas foi necessário que um sujeito social - nesse caso, a burguesia industrial européia - pudesse absorvê-los e ressignificá-los de um modo particular e conforme suas necessidades históricas (p.2).

O mundo Ocidental gradativamente passou a substituir a fé, as trocas simbólicas graciosamente vindas das dádivas da natureza, ou vindas de dádivas da Igreja pela ordem política, cultural, científica e de trabalho do projeto de modernidade fundamentado no contrato social entre homens livres visando o bem comum. As representações da pedagogia moderna estão nesse espaço/tempo de idéias das primeiras descobertas de um humanismo europeu que aos poucos romperia com o humanismo católico. Na verdade desde os *Trezentos* e *Quatrocentos*, segundo Manacorda (1992), a sociedade ensaiava mudanças, pois já estavam instalados os alicerces da modernidade, por exemplo, o progresso científico vindo das primeiras Escolas que originaram as primeiras Universidades, em 1300, mesmo essas tendo sido orientada pelo catolicismo. É esse o marco temporal que repousavam os primeiros mestres livres, localizados em cidades comunais que protagonizaram a instrução dos artesãos e mercadores, da aprendizagem matemática pelos livros de contabilidade, cuja prática pedagógica livre visava à formação escolástica e ainda a profissionalizante. Estaria nesse período, sobretudo o *espírito do humanismo moderno* (Capítulo VI a VII), um humanismo que, segundo Manacorda, fazia

“autocrítica dos seus aspectos pedantescos e fossilizantes,

1 Fonte: www.portaleducacao.com.br

ligados ao mero culto formal das letras e das palavras, ao novo conformismo gramatical e estilístico (...) amplia-se o próprio quadro deatenção das palavras às coisas, do mundo antigo à atualidade, ou como diz Machiavelli, da ‘contínua lição dos antigos’ à ‘observação da realidade efetiva’ e interferem autorizadamente junto ao poder político para sugerir uma nova e diferente organização da cultura e da instrução (p.185).

Para Sacristán (1999) a educação é tida como ideal de progresso. Como utopia de modernidade cultural e material, a educação ganha discussão central em meio intelectual, cuja defesa pela escolarização das massas em bases da ciência era o mote para as sociedades modernas alcançarem a melhoria nas condições produtivas e de existência. Portanto, tornou-se uma perspectiva da sociedade entre os séculos XVII a XIX alcançar o ideal de universalização da educação como pressuposto de avanços nos conhecimentos técnico-científicos, mas também no desenvolvimento tanto material quanto espiritual da humanidade. (p.151).

A Educação na Modernidade: algumas ideias

Objetivamos nesse trabalho demonstrar as raízes/relações históricas do pensamento pedagógico moderno. A história das idéias pedagógicas associa-se à idéia de progresso pela via da educação como fator de desenvolvimento social, que se daria pela inclusão dos indivíduos, obviamente respeitando um sistema de hierarquização nos processos de produção capitalista, (industrialização). A racionalização das estruturas (instituições burocráticas) dependia da disseminação de idéias que consolidariam um imaginário coletivo de progresso pelo avanço técnico-científico. Assim, a Educação Geral ou Profissionalizante passaram a ser uma “atividade instrucional e instrumental” universalizada para atender os trabalhadores livres e filhos, mas não como prática social formadora de homens partícipes do projeto societário moderno.

Gadotti (2001), em seu livro sobre as idéias pedagógicas, ressalta que o período compreendido como predominante de uma pedagogia moderna (Capítulo 6) representa um estágio em que a educação se configuraria na perspectiva de caráter intencional ou instrucional. Um processo sociocultural de muitas mudanças nas instituições tradicionais, pois o que era ensinado em muitos locais fora considerado obsoleto ou tendencioso, uma vez que no início a educação intencional esteve a serviço da classe dominante, o clero e a monarquia.

Na visão de Moacir Gadotti a mudança deu-se por descobertas dos primeiros humanistas mais desapegados do humanismo católico, tais como os ligados às ciências, dentre outros, René Descartes e a sua grande obra o “Discurso do Método”, que remete aos quatro grandes princípios, tais como:

“jamais tomar alguma decisão sem conhecê-la evidentemente como tal; dividir todas as dificuldades quantas vezes forem necessários antes de resolvê-las; organizar os pensamentos começando pelas mais simples até as mais difíceis; e fazer uma revisão geral para não omitir nada”. Essas premissas de Descartes constituem hoje como uma visão científica que pode ser relativizada, porque estando fora do contexto natural ou social daquela época, na atualidade podemos flexibilizar com mais outros princípios metodológicos, o que nos leva a crer que de acordo com os demais fundamentos científicos das diversas áreas das ciências naturais, o paradigma cartesiano não serve como único modelo analítico.

Em Manacorda (1992) estão entre os séculos XVI e XVIII as idéias que corroboraram para a organização de um pensamento moderno no âmbito da educação. Muitas dessas idéias surgiram em meio a Reforma (Luterana) e a Contra-Reforma Católica, fato que acabou por consolidar alguns conhecimentos sobre ensino e aprendizagem. Não tardou para que os processos educacionais entre os séculos XVII e XVIII balizassem os ensinamentos por meio da adoção de livros e textos literários de, por exemplo, Rabelais, Diderot, Rousseau, Bacon e Locke³. Tal literatura contribuiu para a educação das crianças fora da visão disciplinador-moralista, o que propiciou a abertura para uma estrutura pedagógica tal como pressupunha Rousseau em Emílio. Também contribuiu com apropagação de propostas educacionais envolvendo aspectos formativos de natureza mais científica voltada para a instrução-trabalho, como foi o caso da profissionalização dos *droguistas*, *herboristas*, *contadores* e *boticários*, por exemplo.

Em Libâneo (1992), o protagonista do pensamento pedagógico moderno está representado por João Amos Comênio, do século XVII. Como pastor protestante, ligado aos ensinamentos de seu rebanho, interessou-se pela teoria didática ao associar processos de ensino aos de aprendizagem. Ele ficou reconhecido pela obra *Didacta Magna*, tida não apenas como um método pedagógico para ensinar com rapidez as letras e às ciências, mas, sobretudo, como uma obra de princípios pedagógicos, psicológicos e filosóficos. Libâneo remete as idéias de Comênio tangenciando um período de avanços no campo da Filosofia e das Ciências, como as grandes transformações nas técnicas de produção, em contraposição às *“idéias conservadoras da nobreza e do clero. O sistema capitalista, ainda insuficiente, já influenciava a organização da vida social, política e cultural (...)* a Didática de Amos Comênio se assentava nos seguintes princípios: 1) a finalidade da educação é conduzir à

felicidade eterna com Deus, pois é uma força poderosa de regeneração da vida humana. Todos os homens merecem a sabedoria (...) o homem deve ser educado de acordo com o seu desenvolvimento natural (...) a assimilação de conhecimentos não se dá instantaneamente, como se o aluno registrasse de forma mecânica (...) o método intuitivo consiste, assim, na observação direta, pelos órgãos dos sentidos, das coisas, para o registro das impressões” (p. 58)

Segundo Gadotti (2001) a idéia central de Comênio era a de que: *a escola ao invés de ensinar palavras, deveria ensinar o conhecimento das coisas.* Na visão de Manacorda (1992) no plano do pensamento pedagógico e da prática didática, o mérito de Comênio estivera na pesquisa e na valorização de todas as metodologias de ensino que na atualidade chamaríamos de método ativo e que desde os primeiros passos do humanismo começaram a ser experimentadas.

Neste contexto, é que John Loke é tido como um dos importantes pensadores da política e da sociedade moderna, combatendo o inatismo, segundo Manacorda, ele disse que *nada existe em nossa mente que não tenha origem em nossa própria mente.* Por isso valorizava a educação das crianças, na medida em que ele entendia ser essa prática educativa infantil uma forma de preparar os adultos, que poderiam ser profissionais ou dirigentes, o que para Locke remetia a presença do professor numa ação ativa sobre a mente do educando. Para Manacorda “o espírito das novas classes dirigentes encontrava sua expressão no pensamento de Locke que se preocupava com a educação do *gentleman* (...) quanto às classes populares, ele se preocupava em prover as crianças, que viviam dos subsídios

paroquiais com base na lei de pobres, com escolas tradicionais que preparavam para as atividades relacionadas com a indústria fundamental do país” (p.225).

Para Moacir Gadotti, o pensamento pedagógico moderno caracterizava-se pelo realismo, o que pressupunha a universalização da educação para manter o funcionamento das estruturas racionais. Assim, as idéias de Francis Bacon dividem as ciências e ainda ressaltavam que *saber é poder sobre tudo.*

Ainda, no dizer de Gadotti, de “humanista a educação tornou-se científica (...) o conhecimento só tinha valor quando preparava para a vida e para a ação”. (p.154). O século XVII traria a luta das camadas populares pelo acesso à escola, portanto, a classe trabalhadora que surgia como livre para vender a sua força de trabalho, podia e devia ter um papel na mudança social. Também neste período, surgiram várias ordens religiosas católicas que se dedicavam à educação popular. Muitas dessas escolas ofereciam ensino gratuito na forma de internato. Tratava-se de uma educação filantrópica e assistencial.

Tangenciando o século XIX e início do século XX, por lá o positivismo comtiano (Comte) e spenceriano (Spencer) era focado na produção dos homens europeus e brasileiros de ciência, letras e filosofia. A missão desses homens primava pela organização das instituições sociais epolíticoburocráticas de ensino-pesquisa. Após algumas buscas em autores e dicionários da área de ciências humanas e sociais, percebemos que, embora muitos dos “Homens de ciência e da política” tivessem se apoiado em Stuart Mill, H. Spencer e C. Darwin, foi principalmente em August Comte onde eles encontraram a matriz de suas formulações empírico-teóricas, que sustentaram a pesquisa e ensino das Escolas positivistas do Brasil.

No Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (1986) encontra-se a explicação sobre a obra de Comte, segunda a qual ele chegou à Lei da Classificação, especulando sobre uma visão paradigmática de ciências, ordenadamente compreendida em termos de uma crescente complexidade, indo da matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia à moral.

Pode-se destacar como um aspecto interessante na lógica de Comte o fato dele considerar que algumas ciências complexas, como a biologia, possuíam laços estreitos com a matemática, a química, a sociologia e a moral. No entanto, os laços que as uniam só poderiam ser explicados cientificamente pela “superioridade” de alguns fenômenos em relação aos outros, considerados inferiores. Segundo Comte, não se reduz a sociedade apenas pelo viés da economia política ou a elucubrações metafísicas; metodologicamente a racionalidade positiva se instala no raciocínio dedutivo-indutivo, daí vimos germinar o *experimentalismo*. Para Comte, portanto, é necessário “induzir para deduzir a fim de construir. A construção constitui a síntese total dos conhecimentos humanos” (p.938).

A partir das informações do Dicionário, podemos constatar que Comte acreditava no progresso científico como um fator distintivo da Modernidade e as suas instituições, pois pressupunha que corroboraria, entre outras coisas, para o progresso da indústria e do comércio com vistas à continuidade da vida humana. Naquela época Comte entendia que “o espírito positivo e a noção de humanidade poderão criar uma comunhão intelectual que dê novas bases à condição humana. Cheio de otimismo, ele propõe a instituição de um comitê positivo, destinado a organizar a república ocidental, o que corresponde hoje à comunidade européia” (p.938).